

PROTEÇÃO JURÍDICA DOS APOSENTADOS EM CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS¹

**Guilherme Ramos Donato², Maria Cristina Schneider Lucion³, Matheus Henrique Dal
Forno de Oliveira⁴, Osmar Antônio da Silva⁵, Sharlene Pithan da Silva⁶**

¹ Disciplina de Projeto Integrador do Segundo Módulo do Curso de Direito da Unijui;

² Aluno do curso de Direito da Unijui. E-mail: guilherme.donato@sou.unijui.edu.br;

³ Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestre em Direito pela Unijui. E-mail: maria.lucion@unijui.edu.br;

⁴ Aluno do curso de Direito da Unijui. E-mail: matheus.oliveira@sou.unijui.edu.br;

⁵ Aluno do curso de Direito da Unijui. E-mail: osmar.antonio@sou.edu.br;

⁶ Pós-graduada em Direito Previdenciário pela Universidade Anhanguera. Graduada em Direito UNIJUI. E-mail: shardireito@hotmail.com

Este estudo tem como principal objetivo realizar uma análise minuciosa e abrangente dos empréstimos destinados aos aposentados, abordando detalhadamente as taxas de juros aplicadas e os direitos legais inerentes a esses contratos. É fundamental destacar que as normas do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis a esses acordos, conforme estabelecido pelas jurisprudências consolidadas do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os aposentados desfrutam de uma robusta proteção legal ao firmarem contratos com instituições financeiras, inclusive a prerrogativa de solicitar a revisão de contratos e cláusulas em caso de abusos. No entanto, é importante ressaltar que essa revisão deve ser solicitada ao Poder Judiciário pelas partes diretamente envolvidas. O STJ estabeleceu critérios sólidos para avaliar a abusividade das taxas de juros, utilizando a taxa média de juros do mercado como referência. A decisão final sobre a abusividade dos juros fica a cargo do juiz, que levará em consideração as particularidades de cada contrato. É crucial compreender que a revisão de contrato está estritamente limitada às questões que forem levantadas pelas partes interessadas. Nesse contexto, a proteção dos direitos dos aposentados e a análise das taxas de juros emergem como temas de profunda relevância, contribuindo para a promoção da justiça e da equidade nas transações financeiras envolvendo essa parcela da população. Trata-se de uma questão que transcende o âmbito acadêmico, refletindo a necessidade de assegurar a integridade e a dignidade financeira dos aposentados em nossa sociedade. Metodologia hipotética dedutiva com base em jurisprudência e Súmula do STJ.

Palavras-chave: Empréstimos. Aposentados. Taxas de juros. Revisão de contratos.